

Desconstruindo o discurso de legitimação da produção brasileira de commodities agrominerais a partir da celulose¹

Deconstructing the discourse of legitimation of the Brazilian production of agromineral commodities from cellulose

Guilherme Marini Perpetua

FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP)

geomarini@yahoo.com.br

Antonio Thomaz Junior

FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP)

thomazj@gmail.com

Resumo

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado enquanto produtor e exportador de *commodities* agrominerais altamente intensivas em recursos territoriais e de baixo valor agregado, a exemplo da celulose. Entre os principais argumentos favoráveis a esse tipo de especialização produtiva e da pauta de exportação nacional estão o princípio novo-desenvolvimentista da geração de superávits na balança comercial e as ideias de necessidade global e vocação natural do Brasil, em função das vantagens comparativas que possui, além da vinculação entre o segmento em questão e a sustentabilidade ambiental. O objetivo do presente artigo é apresentar antíteses a tais teses, demonstrando sua vinculação com antigas teorias de inspiração liberal (malthusianismo e teoria das vantagens comparativas), bem como alguns de seus maiores contrassensos e limites intrínsecos.

Palavras-chave: Commodities. Celulose. Novo desenvolvimentismo.

Abstract

In recent years, Brazil has excelled as a producer and exporter of agromineral commodities highly intensive in territorial resources and low value-added, such as the cellulose. Among the main arguments in favor of this type of production and national export basket specialization are the new developmentalist principle of generating trade surpluses and the ideas of global need and natural vocation of Brazil, according to the comparative advantages it has, and the linking between the segment in question and environmental sustainability. The purpose of this paper is to present the antithesis to such theories, showing their relationship to ancient theories of liberal inspiration (Malthusianism and theory of comparative advantages), as well as some of its larger contradictions and intrinsic limits.

Keyword: Commodities. Pulp. New developmentism.

¹ O conteúdo do presente texto, aqui expandido e revisado, foi apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado em Presidente Prudente, durante os dias 09 e 12 de outubro de 2015.

Introdução

A ascensão dos governos novo-desenvolvimentistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 até o presente) no Brasil, neste início de século, significou uma forte retomada da produção e exportação de *commodities* agrominerais altamente intensivas em recursos territoriais e de baixo valor agregado, com amplo e generoso apoio governamental.

Ao lado do minério de ferro, da soja e da carne de frango e bovina, a celulose brasileira despontou como um dos principais produtos da pauta de exportação nacional, a qual, reprimarizada nos últimos anos, tornou-se digna de uma verdadeira “república de commodities”, para usar a expressão do ex-secretário de comércio exterior Welber Barral, em matéria do portal Brasil Econômico (06/05/2015).

Tomando por exemplo o caso da celulose, é possível identificar pelo menos quatro linhas de argumentação cujo objetivo é a promoção de um verdadeiro consenso legitimador em torno do modelo de desenvolvimento e das atividades em questão. O primeiro, de cunho economicista, acena para a possibilidade de reduzir a vulnerabilidade do balanço de pagamentos por meio do aumento das exportações nacionais de *commodities* como a celulose. O segundo arvora-se na relação entre o intenso crescimento demográfico mundial das últimas décadas, sua provável continuidade para o futuro e a consequente necessidade de produção de insumos básicos e energia em escala compatível. O terceiro, partindo do argumento anterior, exalta as vantagens comparativas de que o Brasil dispõe para atestar a “vocação natural” do país para atender à demanda mencionada e, finalmente, o quarto e último associa aos argumentos anteriores a suposta capacidade inerente ao segmento arbóreo-celulósico de mitigar impactos ambientais e até mesmo promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável.

O objetivo do presente texto é desconstruir tais argumentos demonstrando, por um lado, sua estreita vinculação com antigas teorias de inspiração liberal (malthusianismo e teoria das vantagens comparativas) e a falácia da promoção de sustentabilidade ambiental por tais atividades, em especial a celulose, e, por outro, algumas de suas fragilidades intrínsecas, como a vinculação ao vultoso crescimento contemporâneo da economia chinesa (efeito China) e os crescentes níveis de degradação ambiental e, sobretudo, de precarização e degradação do trabalho promovidos pelos megaempreendimentos do capital oligopolista do setor.

O papel das *commodities* na estratégia novo-desenvolvimentista

Enquanto estratégia de desenvolvimento, o novo desenvolvimentismo se pretende adequação necessária do antigo (nacional-desenvolvimentismo), cujos traços mais acabados se fizeram enxergar entre as décadas de 1950 e 1980, ao atual contexto econômico interno e externo (BRESSER PEREIRA, 19/09/2004). Sua efetiva implementação teve espaço com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, mais precisamente no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), após o breve, porém devastador interflúvio neoliberal da década anterior (CASTELO, 2012).

Sicsú, De Paula e Michel (2007), três dos principais defensores desse modelo, definiram-no como uma “alternativa política de desenvolvimento que *compatibilize crescimento econômico com equidade social*” (p. 509. Grifos nossos) e rejeite as duas “vias extremas”: nem o fortalecimento excessivo do Estado face ao enfraquecimento do mercado, nem tampouco o inverso. Um dos cerne dessa proposta, ressaltam os autores, seria a diferenciação entre atividades produtivas, que devem ser incentivadas por meio de um sistema financeiro funcional, e atividades especulativas, alvos de duras críticas. O outro é a busca por “implementar uma estratégia que permita uma *inserção soberana* no processo de globalização”². Seguindo tal direcionamento, as ações do Estado devem voltar-se à combinação de medidas e políticas específicas, visando à garantia da estabilidade macroeconômica e à criação de demanda agregada com geração de empregos.

O combate à pobreza por meio de amplos programas sociais e da valorização do salário mínimo real é, sem dúvida, outra importante bandeira novo-desenvolvimentista. De fato, como assevera Alves (2014), sua ossatura é formada pelo tripé (a) programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e expansão do crédito, objetivando o fortalecimento e a expansão do mercado interno de consumo; (b) programas de investimento público em infraestrutura, cujo símbolo maior e arcabouço de projetos é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e (c) programas de incentivo estatal e oligopolização da economia, com o fortalecimento de grandes grupos econômicos mediante financiamento do setor privado pelo BNDES.

Quanto a este último aspecto cabe frisar que, somadas, entre 2006 e 2009 as concessões do banco estatal para investimentos intensivamente demandantes de recursos

² *Ibid.* p. 522. Grifos nossos.

territoriais e geradores de severos impactos socioambientais (usinas hidrelétricas, mineração, indústria de papel e celulose, pecuária e produção de açúcar e álcool) atingiram a marca dos R\$ 57 bilhões (GRAZON, 2010). O setor de celulose e papel, que havia recebido R\$ 9,7 bilhões no período, auferiu sozinho mais R\$ 13,7 bilhões nos quatro anos seguintes, conforme dados do próprio BNDES.

Na base de todas essas pretensões coloca-se a necessidade premente de redução da vulnerabilidade externa estrutural, através da obtenção de elevados superávits da balança comercial capazes de aumentar as reservas internacionais (DELGADO, 2012; BOITO JUNIOR, 2012). Com efeito, o fortalecimento da produção e exportação de *commodities* vai precisamente ao encontro deste último objetivo. Segundo Delgado (2012), uma das principais ideias-força da economia do agronegócio é suprir os déficits estruturais dos serviços (remuneração do capital estrangeiro aportado no país, sob diversos títulos) no balanço de pagamentos³, por meio dos saldos positivos obtidos pelo setor primário na balança comercial. Conquanto claramente insuficiente para alcançar seu objetivo⁴, em uma década a estratégia foi capaz de conduzir à reprimarização da pauta exportadora brasileira (Figura 1). Em 2013, a soma dos produtos básicos e semimanufaturados exportados chegou a US\$ 143,54 bilhões (59,3% da pauta), contrastando com os US\$ 93,09 bilhões (40,7%) dos produtos manufaturados.

³ O “balanço de pagamentos” é um levantamento de natureza contábil que sistematiza a entrada e a saída de riqueza de um determinado país, composto pela *conta corrente* (balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) e pela *conta capital* ou *conta financeira* (investimentos diretos e em carteira).

⁴ Conforme dados do SECEX/MDIC apresentados por Delgado (2012), embora positiva entre 2003 e 2007, já entre 2008 e 2010 a conta corrente acumulou saldos negativos.

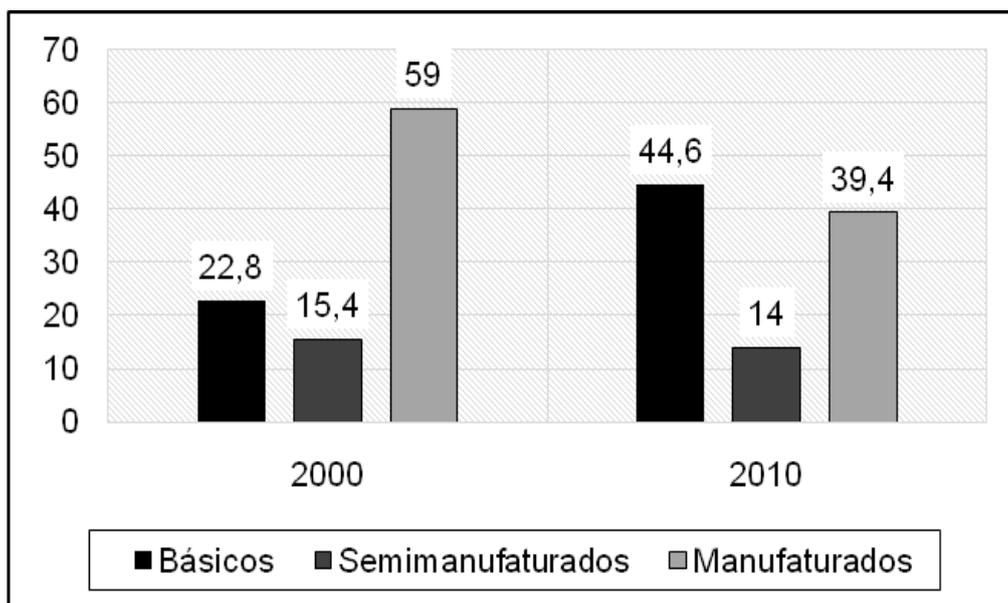


Figura 1 - Percentual das Exportações Brasileiras por Fator Agregado (2000 e 2010)
Fonte: SECEX/MDIC. Elaborado pelo autor.

Do ponto de vista geográfico, o resultado dessa política foi a avassaladora expansão territorial das *commodities* agrícolas, a exemplo do par eucalipto-celulose⁵, em antigas e novas regiões, com toda a sorte de rebatimentos espúrios para a agricultura camponesa, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras, no campo e também nas cidades (THOMAZ JUNIOR, 2009; DELGADO, 2012).

Territorialmente, a expansão do monocultivo arbóreo consorciado à indústria de celulose tem se materializado em megaempreendimentos como os da Veracel Celulose, *joint venture* entre a suéco-finlandesa Stora Enso e a brasileira Fibria Celulose, no Extremo Sul da Bahia; da Fibria Celulose, da Eldorado Brasil e Celulose Rio-Pardense e Energia (CRPE) na região de Três Lagoas, nordeste de Mato Grosso do Sul; e da Suzano Papel e Celulose na região de Imperatriz, oeste do estado do Maranhão. Devido a aspectos inerentes como o alto custo dos transportes e a gigantesca escala de produção (atualmente estimada em torno de 1,5 milhão de ton./ano), cada uma dessas fábrica necessita de uma área contígua e homogênea de não menos que 150 mil hectares de monocultivo de eucalipto para operar normalmente (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a).

⁵ A produção brasileira de celulose apresentou crescimento médio anual de 7,5% entre 1970 e 2010 (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a), passando de 4,87 milhões de toneladas/ano em 1992, para 13,4 milhões de ton./ano em 2011. Com isso, o país assumiu o quarto lugar entre os maiores produtores de celulose do mundo e o primeiro na produção de celulose de fibra curta branqueada (BHKP, na sigla em inglês), a especialidade nacional (BRACELPA, 2013). Paralelamente, a área ocupada com plantio de eucalipto, o principal gênero arbóreo utilizado como matéria-prima da celulose brasileira, apresentou crescimento relativo de 42%, passando de 3,8 para 5,4 milhões de ha apenas entre 2006 e 2013 (IBÁ, 2014).

Deste modo, nos últimos anos o Brasil levou a cabo sua opção pela *especialização regressiva*, tendo por *locos* espaços regionais receptores de grandes inversões de capital. Formaram-se novas e complexas coerências espaciais verticalizadas, “modernas” e “competitivas”, pois integradas diretamente à economia global, porém altamente *seletivas* e *excludentes*, uma vez que mantêm pouca interação com o seu entorno imediato (PEDREIRA, 2008).

Produção de insumos básicos como necessidade e vocação natural: fundamentos teóricos e fragilidades

Afora o frágil preceito novo-desenvolvimentista baseado na necessidade de geração de elevados superávits da balança comercial, a argumentação em favor do atual modelo exportador de *commodities* segue, basicamente, duas linhas complementares amplamente aceitas e promovidas por organismos (ditos) supranacionais como a FAO. A primeira relaciona o crescimento da demanda mundial por insumos básicos (como madeira e celulose) e energia à explosão populacional e à intensa urbanização das últimas e subseqüentes décadas no mundo, projetando um perigoso cenário de escassez, o qual só pode ser evitado com a implementação do pacote tecnológico da “revolução verde” e um aumento proporcional da produção (PINTO, 2008).

Imbuída deste espírito, a FAO (2010) prevê que a expansão do consumo de papel e papelão no mundo fará necessária a adição de mais 340 milhões de toneladas à produção atual (400 milhões de ton.) até 2030, acompanhada da expansão da área de plantios industriais de árvores (PIAs) em torno de 15% a 35% (entre 40 e 90 milhões de ha). Frente ao “desafio”, o organismo admoesta os países, muito especialmente os chamados países em desenvolvimento, a atenderem a tal demanda, colocando-se à disposição para auxiliar no que for necessário à expansão das “florestas artificiais” como forma de garantir o abastecimento e, simultaneamente, reduzir a pressão sobre as “florestas naturais”.

O esteio deste tipo de argumento, contudo, permanece à sombra da velha perspectiva malthusiana (ou de sua versão repaginada, o neomalthusianismo), paradigma adotado pela FAO e instituições congêneres em franca defesa dos interesses das potências hegemônicas do capitalismo central (EUA e países da União Europeia, principalmente). A tese que a endossa é que o crescimento populacional pressiona, inevitavelmente, os recursos naturais como as

florestas, levando-os à escassez. Essa abordagem sustenta haver uma causalidade linear entre a população, cujo crescimento é naturalmente mais acentuado visto dar-se em progressão geométrica, e os recursos, muito mais limitados posto crescerem em progressão aritmética, gerando um problema cuja resolução passa pela intervenção direta e eficaz (HOGAN, 2007; DAMIANI, 2008).

Porém, como afirmam estudiosos filiados à Demografia Ambiental a exemplo de Hogan (2007), a chave para compreender os impactos (ou mudanças) ambientais não está no crescimento da população em si, mas na associação desse crescimento com a desigualdade estrutural que marca a ordem social vigente. Na mesma direção, especificamente quanto à análise da questão agrícola no futuro próximo da humanidade sob a lente (neo)malthusiana, Mazoyer e Roudart (2008) advogam que

[...] a ideia, comumente admitida, segundo a qual o melhor meio de responder às necessidades futuras da humanidade seria estender ao planeta o gênero de agricultura motorizada, grande consumidor de nutrientes minerais, desenvolvida nos países industrializados há meio século, é também uma *concepção enganosa* (p. 42. Grifos nossos).

Ora, enquanto relação social e estrutura de controle do metabolismo social, o capital não pode ter nenhuma consideração legítima pelas necessidades mais elementares dos seres humanos, pois é guiado *exclusivamente* por seu ímpeto incontrolável à acumulação ampliada e a qualquer custo (MÉSZÁROS, 2011). Assim, quando analisamos o forte e recente crescimento da demanda por uma mercadoria elementar para o bem-estar da humanidade como, por exemplo, o papel - a qual, segundo dados do WRM, foi multiplicada por quatro desde 1960 – devemos considerar os fatos de que (1) seu consumo está distribuído de maneira absolutamente desigual entre os países (segundo dados da BRACELPA para 2010, enquanto um finlandês consome em média 280,6 kg de papel em um ano, um brasileiro consome 48,6 kg, e um cambojano, apenas 2 kg) e (2) grande parte dessa demanda é destinada à produção de material comercial/publicitário e de embalagens (BACHETTA, 2008; BONILHA, 2011). Eis, portanto, um dos efeitos daquilo que Mézáros (2011) tem chamado de *taxa decrescente do valor de uso das coisas*, responsável tanto pela centralidade da propaganda no mundo da produção, quanto pela exacerbação irracional do consumismo e do desperdício.

Admitindo como verdadeira a primeira linha de argumentação, a segunda arvora-se na ideia de uma pretensa “vocação natural” dos países do Hemisfério Sul, como o Brasil,   produ o de alimentos e insumos básicos, haja vista as vantagens comparativas que possuem. No tocante ao segmento arbóreo-celulósico, as alega es hiperbólicas de competitividade e liderança brasileira absoluta no âmbito mundial normalmente ressaltam a alta produtividade, o rápido tempo de giro (do plantio ao corte) e o baixo custo do eucalipto.

[...] a *vantagem competitiva florestal* [brasileira]   *inequívoca*, reflexo da localiza o geográfica e dos investimentos em pesquisa e programas de melhoramento genético. [...] a vantagem competitiva no crescimento de florestas   o principal ponto a ser destacado, reflexo da localiza o do país na zona tropical, abundante em luz do sol e  gua (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010b. Grifos nossos).

Normalizados pelo *mainstream* do pensamento econ mico de cunho liberal, os pressupostos de uma tal abordagem sequer são cogitados, a saber, de que   pela via da especializa o em determinados produtos que os países lograrão bem-estar geral e desenvolvimento (entenda-se o que for por este termo); que esta finalidade só pode ser obtida com a completa liberaliza o das trocas no mercado mundial; que tal mercado, por sua vez, tende sempre ao equilíbrio e   satisfa o das necessidades de todas as partes (na es) envolvidas e, finalmente, que a equivalência dos produtos trocados   diretamente proporcional às vantagens comparativas (ou competitivas, como se tornou usual mais recentemente) desigualmente distribuídas pela superfície do globo. O fato   que tais prerrogativas nada têm de hodiernas, sendo na verdade tão antigas quanto o próprio capitalismo industrial e elaboradas sob a pena de seus mais destacados defensores: Adam Smith e David Ricardo.

Em seu inquerito sobre *A riqueza das na es*, Smith ([1776] 1983) advogou impetuosamente a tese de que o livre-comércio   o fator mais importante a ser considerado para o desenvolvimento de qualquer na o. O mercado, segundo o autor, teria a capacidade de assegurar a propor o ideal, fazendo com que, ao buscarem os capitalistas seus interesses particulares, culminam por atingir os interesses coletivos. Sua teoria das vantagens comparativas assentou-se sobre os axiomas do liberalismo econ mico, segundo os quais cada país deve especializar-se no tipo de produ o para o qual possui certas *vantagens intransferíveis*, de tal sorte que,

Se o comércio colonial abre um novo mercado, é mais para a produção manufaturada da Europa do que para sua produção natural ou bruta. A agricultura é o negócio adequado para todas as novas colônias, um negócio que o baixo preço da terra torna mais rentável que qualquer outro (SMITH, [1776] 1983).

A postura adotada por Ricardo ([1824] 1985) é semelhante a de seu mestre, tendo em vista a defesa ardorosa do livre-comércio, assentado sobre o argumento de que

É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, *produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado*, trocando-as por mercadorias de outros países, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa de lucro. [...] Se portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários puderem chegar ao mercado externo com preços reduzidos, os lucros aumentarão (p. 103. Grifos nossos).

E mais: sob a pena ricardiana o mesmo princípio de Smith, segundo o qual ao buscar cada indivíduo seu próprio interesse atingiria o interesse da sociedade, é transposto para o plano das relações internacionais, e assim, a “busca de vantagem individual [por um país] está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países” (RICARDO, [1824] 1985, p. 104). Mesmo tendo sido formulado por duas das mais brilhantes mentes da economia política burguesa, o pensamento sintetizado pelos autores pode ser concebido como a expressão teórica de um capitalismo industrial nascente, em contraposição ao capitalismo comercial até então hegemônico e sua correspondência imaterial doutrinária, o protecionismo (SINGER, 1975). Para a burguesia industrial, urgia, naquele contexto, abrir caminho para as abundantes manufaturas inglesas, assegurando, ao mesmo tempo, matérias-primas para as pujantes fábricas daquele país.

Uma das mais potentes antíteses à teoria das vantagens comparativas foi elaborado por Prebisch (1968), economista da CEPAL que explicou o subdesenvolvimento e a dependência dos países latino-americanos a partir do que chamou de “deterioração da relação de preços do intercâmbio” dos produtos primários face aos manufaturados no comércio exterior. O curso da história, no entanto, imprimiu uma alteração inesperada nessa tendência, porquanto ter se elevado a procura e, por conseguinte, os preços dos produtos primários devido ao pujante

crescimento da economia chinesa por mais de três décadas, criando o chamado “efeito China” (CANO, 2010).

Deste modo, não espanta que a China seja o principal mercado das *commodities* brasileiras. Apenas entre 2010 e 2011, o comércio brasileiro com a China saltou de US\$ 53,6 bilhões para US\$ 77,1 bilhões. O superávit comercial do Brasil com o país asiático foi de US\$ 11 bilhões em 2011, US\$ 6 bilhões a mais que o do ano anterior e, não fosse o “efeito China”, o Brasil teria um déficit de US\$ 25 bilhões no saldo de sua balança comercial. De forma semelhante, quase 30% de toda a celulose exportada pelo Brasil em 2013 teve a China como destino (BRACELPA, 2013).

Com efeito, formulações teóricas como as aqui expostas têm o mérito de escamotear um fato inegável: ao se especializarem na produção de *commodities* como a celulose, países periféricos ou semiperiféricos como o Brasil assumem para si as etapas socioambientalmente mais onerosas, impactantes e com menor agregação de valor de cadeias produtivas mundializadas, funcionando como nós de uma rede centralizada pelo Norte (KRÖGER, 2013).

Celulose: por trás da fachada verde

Uma quarta e última linha de argumentação em favor da expansão da produção de *commodities*, mais presente e marcante no caso específico da celulose – e, diga-se de passagem, também da produção de energia renovável – é aquela que vincula tal atividade com a possibilidade concreta de promoção da chamada “economia verde” e da sustentabilidade socioambiental.

Em sua principal publicação, a entidade representativa das corporações da celulose define as atividades das associadas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável do planeta, uma vez que auxiliam na proteção do meio ambiente, na manutenção da biodiversidade e das comunidades.

Acreditamos que as florestas plantadas são o futuro das matérias primas renováveis e recicláveis e que a atividade terá papel fundamental no desenvolvimento sustentável do planeta, por seus benefícios ao meio ambiente, à manutenção da biodiversidade e às comunidades (IBÁ, 2014, s/p.).

Duas seriam as fontes de tais benefícios: (a) consideradas como “florestas plantadas”, as extensas áreas de monocultivo são entendidas como uma maneira de repor artificialmente os ecossistemas florestais já subtraídos, reduzindo, deste modo, a pressão sobre os remanescentes e recuperando os inestimáveis serviços ambientais por eles prestados; (b) em tempos de grave crise ecológica, as novas florestas podem também servir de fontes de energia renovável (produção de biomassa) e “sumidouros de carbono” (SUZANO, 2013; VERACEL, 2013; FIBRIA, 2013; IBÁ, 2014).

Algo muito semelhante defende o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2008), para quem o “reflorestamento”, seja na reposição de florestas nativas ou no plantio massivo de espécies exóticas, pode ser enquadrado no onírico conceito de *economia verde*⁶, haja vista seus inegáveis benefícios ambientais e sociais.

Os representantes do segmento insistem que suas atividades são compatíveis com o conceito de “economia de baixo carbono”, que propõe um modelo baseado no baixo consumo de energia, redução e gestão de Gases do Efeito Estufa (GEE) (CORNETTA, 2013). Algumas empresas, como a Suzano, por exemplo, negociam compensações de GEE no mercado internacional de carbono, a partir da bolsa especializada Chicago Climate Exchange (CCX), atuando concomitantemente em duas frentes: a produção de energia renovável e a incorporação de projetos de sequestro de carbono às suas atividades regulares⁷.

Corroborando o discurso empresarial, o próprio IPCC (2007 *apud* CORNETTA, 2013) recomenda a melhoria das espécies de árvores para aumentar a produção de biomassa e o sequestro de carbono atmosférico, e o Governo brasileiro fez algo muito semelhante em seu Plano Nacional de Mudanças Climáticas (BRASIL, 2008 *apud* CORNETTA, 2013), ressaltando o uso energético das biomassas por meio de experimentos desenvolvidos com o eucalipto⁸.

⁶ Em seu relatório, intitulado “Rumo a uma economia verde – caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” (2011), o PNUMA a define nos seguintes termos: “uma economia que resulta em *melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social*, ao mesmo tempo em que *reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica*” (PNUMA, 2011, p. 1. Grifos no original).

⁷ *Ibidem*.

⁸ O Brasil apresentou metas voluntárias de redução das emissões de carbono entre 36,1% e 38,9% na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2009 (COP-15), realizada em Copenhague (CORNETTA, 2013).

Do ponto de vista ecológico, o ingresso dos projetos do setor neste fabuloso mercado, por motivos os mais diversos, é demasiadamente questionável. Como nos alerta Oberbeek (2011):

É importante salientar que plantar eucaliptos ou árvores nativas e/ou preservar áreas de floresta nativa não resulta em nenhuma contribuição de longo prazo para esfriar o planeta. Árvores em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono (CO₂) da atmosfera. Quando, no caso dos eucaliptos, as árvores são cortadas depois de 6-7 anos, transformadas em celulose e, mais tarde, em papéis, sobretudo descartáveis que virarão lixo, o carbono “armazenado” é novamente liberado. [...] Isto resulta em um aumento líquido da quantidade de carbono em circulação entre atmosfera, biosfera e o solo, aprofundando, ainda mais, a crise climática (p. 188).

De maneira geral, como recomendado por Cornetta (2013), devemos questionar se é mesmo possível “salvar o planeta” das mazelas ambientais geradas pelo desenvolvimento capitalista essencialmente desigual e destrutivo, por meio de mecanismos de mercado e, portanto, dentro da mesma lógica capitalista.

Fica claro portanto que é preciso ter muita cautela e ir além da superficialidade dos discursos, uma vez que o plano da aparência fenomênica (o imediato empírico ou *singular*) deve ser apenas o ponto de partida para a compreensão dos seus sentidos e contradições no interior de uma totalidade (*universal*), a partir da qual é possível entendê-lo como *particularidade* do real concreto (LUKÁCS, 1979; MOREIRA, 2004), que é, como afirmou Marx (2008), a síntese de múltiplas determinações.

Nesse sentido, devemos considerar o fato de que, a despeito do discurso ambientalista deliberadamente adotado pelas empresas, são inúmeros os problemas ambientais decorrentes do uso intensivo e agressivo do solo e da água potencializado por uma extensa gama de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos⁹) no monocultivo arbóreo – o qual, segundo Porto-Gonçalves (2006), como qualquer outro monocultivo conduz à extrema simplificação ecológica que requer crescente uso de insumos externos - e outros compostos contaminantes

⁹ O uso do termo agrotóxico não é aqui despropositado, tendo em vista o enorme esforço do agronegócio brasileiro e seus órgãos representativos em promover uma alteração semântica por meio de sua substituição pelo eufemismo “defensivos agrícolas”. Busca-se, assim, apagar os efeitos nocivos de tais produtos para a vida humana e para os ecossistemas em que são aplicados com um simples jogo terminológico.

no processo industrial, sem contar todos os riscos ambientais iminentes ocasionados pela magnitude dos potenciais impactos¹⁰.

Constatamos ainda que as ações (programas e projetos) ambientais e sociais desenvolvidas pelas empresas, por seu turno, são, na grande maioria dos casos, exigências legais específicas (como a manutenção ou recuperação de Área de Proteção Permanente ou Reserva Legal) e/ou contrapartidas compensatórias acordadas com o Poder Público no momento do licenciamento dos empreendimentos. Ainda assim, empresas como Fibria, Suzano, Eldorado Brasil e Veracel gastam milhões de reais todos os anos com marketing verde ou *greenwashing* (MEIRELLES; CALAZANS, 2011) no intuito de se adequarem às exigências impostas pelo mercado internacional e mascararem o caráter de obrigatoriedade de suas ações.

Finalmente, cabe desconstruir a ideia de que ao cultivarem árvores com finalidade industrial as empresas estão “plantando florestas” e, portanto, contribuindo com a preservação ambiental, outro elemento-chave de seu discurso ambientalista. A associação entre o plantio industrial de árvores e ecossistemas complexos como as florestas encontra respaldo no conceito fiscalista de floresta adotado pela FAO¹¹.

Malgrado a sensação causada pelo aspecto paisagístico das áreas de plantio arbóreo, não se pode considerá-las florestas na acepção biológica e ecológica desse termo, pois florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptação aos diferentes meios onde se desenvolvem, sendo ainda ambientes insubstituíveis em algumas de suas funções, como o balanço hídrico e a oferta de meios de subsistência para as populações que as habitam (BACHETTA, 2008; VILELA, 2011; OVERBEEK, 2011).

Com efeito, o que de fato existe não são florestas, mas extensas áreas constituídas por uma única espécie vegetal e cultivadas segundo os modernos preceitos da agricultura de precisão (manipulação genética, intensa aplicação de substratos químicos, mecanização etc.)

¹⁰ É fato que as fábricas de celulose e papel, severamente criticadas nos países ricos da enorme poluição que historicamente promoveram, estão cada vez mais equipadas com dispositivos de redução de impactos ambientais. Alguns processos industriais danosos, como o branqueamento, também foram alterados, em virtude do recrudescimento da legislação ambiental nesses países. Em todo caso, são inúmeros os relatos de contaminação do meio ambiente e de populações residentes próximo às modernas fábricas. Veja-se, por exemplo, WRM (2004; 2012) e La Torre (2011).

¹¹ A FAO define floresta como “terra com cobertura de copa (ou densidade equivalente) de mais de 10% e área de mais de 0,5 hectares (ha). As árvores devem ser capazes de chegar a uma altura mínima de 5 metros (m) na maturidade *in situ*” (FAO *apud* OVERBEEK; KRÖGER e GERBER, 2012, p. 14).

para atender à crescente demanda industrial por matéria-prima. E como parte de um modelo produtivo voltado não para o atendimento de necessidades humanas legítimas, mas para aumentar a rentabilidade do capital, constituem verdadeiros *desertos verdes* excludentes por definição, os quais não admitem quaisquer outras formas de vida, incluindo a humana.

Considerações finais

A análise cuidadosa da argumentação em defesa da estratégia de desenvolvimento baseada no fortalecimento da produção e exportação de *commodities* agrominerais revelou a existência de, pelo menos, quatro teses principais mutuamente implicadas: (1) a de que ela é imprescindível para a redução da vulnerabilidade externa estrutural, visto sua capacidade de possibilitar a obtenção de elevados superávits na balança comercial; a de que, ao fazê-lo, (2) por um lado o Brasil estaria se afinando ao diapasão da necessidade premente e inadiável dada pelo aumento da demanda por insumos básicos e, conseqüentemente, mitigando a pressão sobre os recursos naturais e (3), por outro, aproveitando suas incomparáveis vantagens comparativas conferidoras de uma verdadeira “vocação natural” do país para esse tipo de produção e, por fim, (4) aquela que afirma ser a produção de *commodities* como a celulose uma alternativa para a reparação de impactos ambientais e promoção da economia verde e da sustentabilidade socioambiental.

Ao longo do texto, procuramos fornecer antíteses para cada uma dessas teses. Dado o limitado espaço e considerando os objetivos previamente definidos, apenas a título de conclusão cabe mencionarmos alguns dos limites e riscos intrinsecamente implicados na estratégia em questão.

Em primeiro lugar, mesmo sob uma avaliação puramente econ mica, torna-se cada vez mais patente o risco contido na especialização produtiva altamente dependente de um fator externo, como a continuidade do crescimento da economia chinesa no mesmo patamar que o das últimas décadas. Com efeito, em 2014 o crescimento do PIB chinês foi o menor em 24 anos (7,4%) e, pela primeira vez em 16 anos, deixou de atingir a meta estabelecida pelo governo daquele país (EL PAIS, 20/01/2015). O resultado de uma desaceleração mais drástica certamente conduziria ao colapso do *drive exportador* brasileiro nas condições e no patamar em que hoje se encontra.

No entanto, as motivações puramente econômicas obscurecem outros problemas ainda mais graves decorrentes do funcionamento normal do modelo e intensificados com o seu fortalecimento e expansão. A opção pelo monocultivo em grande escala e o alto teor tecnológico embutido na produção (mecanização no campo e automatização do processo fabril), do plantio de árvores à produção de celulose, em megaempreendimentos como os aqui considerados, faz da exclusão social a regra e não a exceção, prejudicando a produção de alimentos, elevando abruptamente o preço da terra, conduzindo à expropriação de camponeses, povos originários e comunidades tradicionais e agravando ainda mais a questão agrária brasileira.

Pelo mesmo motivo, mostra-se absolutamente falacioso o argumento da geração de emprego e renda pelos novos empreendimentos. Nossa pesquisa constatou que, na realidade, os empregos gerados são escassos, mal remunerados, voláteis, precários e causadores de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Por tudo isso, é mister perceber que estamos diante de um modelo absolutamente insustentável, quer do ponto de vista ambiental, quer sob o aspecto social, todavia perfeitamente adequado aos anseios das frações de classe mais conservadoras e retrógradas integrantes do atual bloco no poder, bem como à incontornabilidade inerente à acumulação em tempos de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Referências

ALVES, G. *Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Práxis, 2014.

BACHETTA, V. *La fraude de la celulosa*. Montevideo: Doble Clic Editoras, 2008.

BIAZUS, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. In: *BNDES setorial*, São Paulo, n. 32, p. 311-370, 2010a.

_____. O potencial de investimento nos setores florestal, de celulose e de papel. In: *Perspectivas de investimento 2010-2013*. São Paulo: BNDES, 2010b.

BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do Neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV, *Anais...* São Paulo: FGV, 2012.

BONILHA, P. Um fim para a cultura do consumo excessivo. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta Contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

BRACELPA. Dados do setor – Julho de 2013.

- BRESSER PEREIRA, L. C. 19/09/2004. *O novo desenvolvimentismo*. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>> (Acesso em 22/03/2015).
- CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas, n. 183, ago. 2010.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.
- CORNETTA, A. *Entre o clima e a terra: o atual regime político das mudanças climáticas globais e a agroindústria de papel e celulose no Brasil*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- DAMIANI, A. L. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.
- FIBRIA. Relatório de sustentabilidade 2012. São Paulo: abr. 2013.
- GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- HOGAN, D. (Org.). *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2007.
- INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). *Relatório IBÁ 2014*.
- KRÖGER, M. Globalization as the ‘Pulping’ of Landscapes: Forestry Capitalism’s North-South Territorial Accumulation. In: *Globalizations*, p. 837-853, vol. 10, n. 6, 2013.
- LA TORRE, W. G. Eucalipto - o verde enganador: reflexões sobre o avanço irrefreado da monocultura do eucalipto e os imensuráveis impactos ambientais e sociais dele defluentes. *Rev. Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, n. 13, ano 8, p. 828, mai. 2011.
- LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H., 1979.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: EdUNESP, 2008.
- MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. Papel para o Norte, hiper-consumo de água no Sul: uma hidrogeneologia das fábricas da Aracruz. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Orgs.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.
- OVERBEEK, W. O papel da Universidade e das Organizações Sociais frente à formação do complexo celulose-papel. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, ano 8, n. 14, p. 106-122, nov. 2011.

- OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. *Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global: conflitos, tendências e lutas de resistência*. Relatório EJOLT, n. 3, 2012.
- PEDREIRA, M. da S. *O complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região*. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. A verdadeira natureza do trabalho nos novos territórios da celulose. IX Seminário de Saúde do Trabalhador. In: *Anais...* Franca, setembro de 2015.
- PINTO, L. C. G. Prefácio. In: ALVES, F. *et al.* (Orgs.). *Certificação socioambiental para a agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro*. Piracicaba, SP: Imaflora; São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- PNUMA. *Rumo a uma Economia Verde*. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy> (Acesso em 10/08/2012).
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e natureza da globalização*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Desenvolvimento de Cultura Brasil, 1968.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova cultural, [1824] 1985.
- SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Livro II). São Paulo: Abril Cultural, [1776]1983.
- SUZANO CELULOSE E PAPEL. *Relatório de sustentabilidade 2012*. São Paulo, jun. 2013.
- THOMAZ JUNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos*. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- VERACEL CELULOSE. *Resumo do Plano de Manejo Integrado 2013*. [S. L.] 2013.
- VILELA, M. J. A. Desafios ambientais da expansão do plantio de eucalipto no cerrado - Três Lagoas, MS, Brasil. *Rev. Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS*, Três Lagoas, ano 8, n. 14, p. 123-140, nov. 2011.
- WRM (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS). *Boletim nº 83 do WRM*. Edição em português. Montevideo (Uruguai), Jun. 2004. Disponível em: <www.fboms.org.br/boletimwrm.doc> (Acesso em 12/01/2012).
- _____. *Boletim nº 178 do WRM*, edição em português. Montevideo (Uruguai). Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>> (Acesso em 25/05/2012).

Sobre os autores

Guilherme Marini Perpetua

Professor no Ensino Básico, doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PP-GG) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP) e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

Antonio Thomaz Junior

Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PP-GG) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP). Bolsista de produtividade Nível 1 do CNPq e coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS.

Recebido em Fevereiro de 2016.

Aceito para publicação em Junho de 2016.